

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada diretamente pela CPFL Cone Sul, empresa controlada indiretamente pela CPFL Energia S.A., que por sua vez possui as seguintes empresas como acionistas controladores: • State Grid Brazil Power Participações S.A. Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético. • ESC Energia S.A. Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A. Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia. As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: a) **Concessionárias e Permissonárias:** Refere-se aos saldos de contas a receber sobre valores faturados de uso do sistema de transmissão. O faturamento é realizado conforme os valores listados nos Avisos de Créditos emitidos pelo ONS - Operador Nacional do Sistema. b) **Disponibilização do Sistema de Transmissão:** Trata-se dos valores faturados sobre o uso do sistema de transmissão que impactam na Receita Operacional da CEEE-T. O faturamento é realizado conforme os valores listados nos Avisos de Créditos emitidos pelo ONS - Operador Nacional do Sistema. c) **Contribuição Patrocinadora:** Refere-se à parcela de responsabilidade da CEEE-T sobre os planos de previdência complementar CEEPREV e Plano Único. Vide notas explicativas nº 20. d) **Empréstimo:** Contrato SF nº 1254/95 de confissão de dívida por contribuições não pagas, com renegociação feita em maio de 2013 e carência até junho de 2018, com reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018 e término previsto para maio de 2031. Durante a carência, a Companhia realizou o pagamento

referente à atualização monetária e aos juros mensais. e) **Despesa operacional - Pessoal:** As despesas operacionais são relacionadas às contribuições da Patrocinadora dos Planos de Benefícios Previdenciários. f) **Renda de Prestação de Serviço:** Referem-se aos contratos de prestação de serviços, que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras. g) **Custos a Reembolsar:** Referem-se aos contratos de prestação de serviços, que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras. A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantidos junto à Família previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 20 - Entidade de Previdência Privada. A controladora, CPFL Energia, possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por dois membros independentes e um executivo da Companhia, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas. A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2022, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) foi de R\$ 4.804 (R\$ 1.224 em 2021). Este valor é composto por R\$ 3.644 (R\$ 1.217 em 2021) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 54 (R\$ 7 em 2021) de benefícios pós-emprego e R\$ 1.106 de outros benefícios de longo prazo. Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimento controlados em conjunto:

Ativo	Controladora 31/12/2022													Total	
	Fundação ELETROCEEE	TESB	RGE Sul Distribuidora de Energia S/A	Companhia Paulista de Força Luz	Companhia Piratininga de Força Luz	Companhia Jaguari de Energia	Paulista Lajeado Energia S.A.	CPFL Energias Renováveis e Subsidiárias	CPFL Serviços	CPFL Finanças	CPFL Infra	CPFL Pessoas	CPFL Eficiência energética		CPFL Transmissão Sul II
Concessionárias e Permissonárias	-	-	4.604	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.604
Outros Créditos a Receber	-	-	47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	195	242
	-	-	4.651	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	195	4.846
Passivo															
Fornecedores	-	-	26	-	-	-	-	-	10.329	633	1.417	846	734	-	13.985
Contribuição Patrocinadora	1.357	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.357
Contrato de Compartilhamento	-	-	21	88	75	-	-	253	-	-	-	-	-	-	436
Outros Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo Atuarial - Empréstimo SF 1254 Circulante	7.548	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.548
	8.905	-	47	88	75	-	-	253	10.329	633	1.417	846	734	-	23.327
Resultado															
Renda da Prestação de Serviços	-	21.180	882	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	209	22.270
Disponibilização do Sistema de Transmissão	-	-	328.011	17.750	6.576	1.835	93	716	-	-	-	-	-	-	354.981
Despesa Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa operacional - Pessoal	6.973	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.973
Despesas Operacionais - MSO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alocação de gastos	-	-	124	526	448	-	-	1.517	15.727	-	-	-	734	-	16.461
Despesas Gerais e Administrativas	-	18	-	-	-	-	-	-	-	2.937	3.382	1.224	-	-	10.158
Receita financeira	-	-	7	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	20
Despesa financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Provisão Valor Recuperável AFAC	-	(94.303)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(94.303)
	6.973	(73.106)	329.023	18.276	7.024	1.835	93	2.233	15.727	2.940	3.382	1.224	734	209	316.567

Ativo	Controladora 31/12/2021													Total
	CEEE-G	Fundação ELETROCEEE	Eletrobras	TESB	RGE Sul Distribuidora de Energia S/A	Companhia Paulista de Força Luz	Companhia Piratininga de Força Luz	Companhia Jaguari de Energia	Paulista Lajeado Energia S.A.	CPFL Energias Renováveis e Subsidiárias				
Concessionárias e Permissonárias	-	-	-	-	28.475	-	1.201	480	141	8	-	-	60	30.364
Outros Créditos a Receber	-	-	-	11.773	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.773
Pagamento antecipado PROINFA	-	-	1.862	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.862
	-	-	1.862	11.773	28.475	-	1.201	480	141	8	-	-	60	44.000
Passivo														
Contribuição Patrocinadora	-	6.923	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.923
Passivo Atuarial - Empréstimo SF 1254 Circulante	-	7.309	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.309
	-	14.232	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.232
Resultado														
Renda da Prestação de Serviços	-	-	-	5.406	-	133	-	-	-	-	-	-	-	5.540
Disponibilização do Sistema de Transmissão	3.050	-	-	-	-	84.827	3.601	1.430	-	-	428	23	182	93.541
Despesa Proinfa	-	-	23.429	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.429
Despesa operacional - Pessoal	-	7.245	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.245
Despesas Gerais e Administrativas	-	-	-	(78)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(78)
Provisão Valor Recuperável AFAC	-	-	-	120.600	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120.600
	3.050	7.245	23.429	125.928	-	84.960	3.601	1.430	-	-	428	23	182	250.276

32. SEGUROS

Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2022
Ativo vinculados a Concessão	Riscos Nomeados	168.000
Transporte	Nacional e Internacional	18.000
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	6.821
Garantia	Seguro Garantia	7.120
Outros	D&O	150.000
Total		349.941

33. GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, transmissão de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades são reguladas pela ANEEL. **Estrutura do gerenciamento de risco:** Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (Data Protection Officer), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos. Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia: • Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de riscos propostos; • Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia; • Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração; • Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos; • Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los; e • Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia. Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração: • Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento; • Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados. • Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento e; • Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos. Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles. A Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe: • Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; • Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação; • Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; • Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação; • Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos. A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO da CPFL Energia é responsável por: • Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos; • Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas do Grupo CPFL estão expostas; • Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite; • Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios; • Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da CPFL Energia; • Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e • Avaliar o ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interagir com os respectivos Gestores dos Negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas. As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem: **Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 34. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento. **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento. **Risco regulatório:** A Transmissora receberá pela prestação de serviço público de transmissão o pagamento da receita anual permitida (RAP), de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia descrita nas cláusulas do contrato. Uma vez a Aneel revisando e homologando a Receita Anual Permitida, a transmissora aplica as condições de cobrança para as concessionárias e permissionárias. A receita assim fixada, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão da RAP, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Empresa. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus

ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco.

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Ativos	Nota Explicativa	Categoria de Mensuração	Nível (*)	Controladora 31/12/2022		Consolidado 31/12/2022	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	(a)	Nível 2	215.857	215.857	268.915	268.915
Passivos							
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos	18	(a)	Nível 2	23.731	23.731	23.731	23.731
Debêntures - principal e encargos	19	(a)	Nível 2	1.037.235	1.027.280	1.037.235	1.027.280
Total				1.060.966	1.051.012	1.060.966	1.051.012

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

Legenda
Categoria/Mensuração
 (a) - Valor justo contra o resultado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são: • **Ativos financeiros:** (i) concessionárias e permissionárias, (ii) Arrendamentos; e (ii) serviços prestados a terceiros. • **Passivos financeiros:** (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores e concessionárias apagar, e (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT. Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo. **a) Valorização dos instrumentos financeiros:** Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O CPC 40 (R1) também define informações observáveis e não observáveis com dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. **b) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **c) Análise de sensibilidade:** A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros. Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (CDI e TJLP), conforme demonstrado: **c.1) Variação das taxas de juros:** Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2022 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no período	Cenário Provável (a)	Cenário Provável (b)	Receita (despesa)	
						Elevação/ Redução de índice em 25%	Elevação/ Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros passivo	23.489	Baixa TJLP	6,78%	7,37%	1.731	2.164	2.527
	23.489				1.731	2.164	2.527
Instrumentos financeiros passivo	1.039.251	Baixa CDI	13,65%	13,93%	144.768	180.960	217.151
	1.039.251				144.768	180.960	217.151
Total	1.062.740				146.499	183.123	219.748
Efeitos no resultado do exercício					146.499	183.123	219.748

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.
 (b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.
d) Risco de crédito: O risco de crédito nas operações de concessionárias e permissionárias é decorrente da exposição a perdas financeiras resultantes do descumprimento de obrigações financeiras pelas contrapartes. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.